

QUESTIONÁRIO PARA MAPEAMENTO DE POSIÇÕES & PROPOSTAS

Prazo para resposta: até 22/02/2017

Instituição (indicar o nome da instituição e contato(s) que respondem este questionário):

ABEGÁS

Marcelo Mendonça – marcelo@abegas.org.br - (21)3970-1001.

TRANSPORTE

1. Avaliação da implantação do Sistema de Entrada-Saída para reserva de capacidade de transporte:

- 1.1. É o entendimento desta instituição de que há a necessidade de implantar o Sistema de Entrada-Saída para reserva de capacidade de transporte? Em caso negativo, qual(is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

Resposta: Ainda não é possível um posicionamento da Associação com base nos dados e informações disponibilizadas até o momento. As alternativas para os demais modelos possíveis devem também ser comparativamente analisadas.

- 1.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

R: A migração para um novo modelo, qualquer que seja, deve ser gradual e sem sobressaltos tarifários para os consumidores, respeitados os contratos vigentes.

- 1.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

R: Vide respostas acima. Consideramos prematura a proposição de um texto legal/regulamentar antes de analisadas todas as alternativas viáveis.

2. Implantação de modelo de Gestão Independente e Integrada do Sistema de Transporte de Gás Natural – STGN:

- 2.1. É o entendimento desta instituição de que há a necessidade de criação de um agente independente responsável pela gestão da malha de transporte? Em caso negativo, qual seria o modelo alternativo?

R: Não entendemos ser necessário, no atual momento, um Gestor Independente para o STGN. Deverá ser mantida a autonomia de cada transportador, sob a fiscalização da ANP. Futuramente, com o desenvolvimento do mercado e acréscimo do número de Agentes esta possibilidade poderá ser considerada.

- 2.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

R: A gestão integrada do sistema de transporte, a ser eventualmente acordada entre as empresas transportadoras, sob a fiscalização da ANP, não deverá

acarretar custos adicionais para os carregadores, sobretudo no atual estágio da indústria.

2.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

R: Vide respostas acima. A ABEGÁS acha prematura a proposição de um texto legal para o tema. Com o desenvolvimento do mercado, o assunto poderá ser retomado.

3. Reavaliação dos modelos de outorga de transporte, levando em consideração o desenho de novo mercado de gás natural:

3.1. É o entendimento desta instituição de que há a necessidade de alterar o modelo de outorga dos gasodutos de transporte? Qual (is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

R: O modelo de outorga, baseado no regime de Concessão, parece ser o mais adequado. Porém, os critérios atualmente utilizados para a viabilização da expansão da malha devem ser revistos. A construção de novos gasodutos de transporte deve ser agilizada, sobretudo quando a proposição vier de terceiros interessados. A atual regulamentação tornou o processo excessivamente burocrático e complexo. Sem prejuízo de um planejamento mais global para a expansão da malha de transporte, quando o duto for proposto por um terceiro interessado a consequente chamada pública para a sua viabilização deveria ser imediatamente realizada, com base nos dados fornecidos pelo interessado. Deverá ser equacionada, ainda, a ociosidade natural desta infraestrutura, nos anos iniciais após o comissionamento.

3.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

R: - Agilização do processo de concessão de novos gasodutos de transporte.

- O rateio dos custos inerentes à ociosidade inicial do novo gasoduto, facilitando a sua implantação e desenvolvimento.

- Permite o planejamento integrado com o setor elétrico (âncora).

- Desenvolvimento de novas regiões ainda não atendidas por GN.

- Expansão da capacidade instalada.

3.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

R: Revisão do artigo 6º do Decreto 7.382//10, que regulamentou a Lei do Gás, bem como da regulação existente, viabilizando-se a realização de chamadas públicas de capacidade sempre que a construção e operação de um novo gasoduto de transporte for proposta por terceiros interessados, independentemente da sua inclusão no PEMAT.

4. Revisão do planejamento de expansão do sistema de transporte, que poderá considerar instalações de armazenamento e estocagem, além de maior integração com o planejamento do setor elétrico:

4.1. Quais são as contribuições desta instituição para aperfeiçoar o modelo de planejamento da expansão?

R- Vide respostas ao item 3 acima. O planejamento de expansão da malha de transporte deverá levar em consideração, primordialmente, a necessidade de se atender a novos mercados e ao crescimento dos existentes, partindo-se da demanda projetada, independentemente da disponibilidade do gás. É evidente que a disponibilidade do insumo é fator base para a viabilização da expansão, mais não deve ser determinante para o seu planejamento.

Para as malhas existentes, o aumento de capacidade deverá ser avaliado levando-se em conta o custo benefício entre o reforço de malha e a capacidade de estocagem.

Os potenciais regionais e as oportunidades no setor termelétrico, associados aos terminais de REGÁS, pontos de estocagem e fontes de suprimento, deverão ser levados em consideração.

4.2. Quais os custos e benefícios deste posicionamento?

R: - Desenvolvimento de novos polos de consumo.

- Otimização dos ativos existentes, com flexibilidade e segurança do abastecimento.

- Potencializa a entrada de novos players.

- Previsibilidade ao mercado.

4.3. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

R: Vide resposta ao item 3. A ABEGÁS considera prematura a proposição de um texto legal relativo ao tema, que necessita de um maior aprofundamento.

ESTOCAGEM

5. Estímulo ao desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural, inclusive reavaliação do modelo de outorga, tendo em vista o desenho de novo mercado de gás natural:

5.1. Quais medidas poderiam estimular o desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural no Brasil?

R: - No caso de instalações submetidas ao regime de concessão, é necessário estabelecer-se um prazo adequado ao retorno do investimento.

- Análise integrada de projetos termelétricos com estocagem.

5.2. É o entendimento desta instituição que há a necessidade de alterar o modelo de outorga das estocagens? Qual (is) seria(m) o(s) modelo(s) alternativo(s)?

R: Não, o modelo já contempla as modalidades de concessão e autorização.

5.3. Quais os custos e benefícios destes posicionamentos?

R: - Ter acesso ao GN em momentos de pico de consumo, regularizando a produção.

- Aumento da segurança do sistema.

- Contribui para a modicidade tarifária.

5.4. Qual redação/alteração esta instituição sugere para o novo texto legal no que tange a este tema?

R: Não há necessidade de um novo texto legal para o tema. Os pontos levantados podem ser contemplados nos editais de licitação (concessão) e nas autorizações a serem outorgadas.